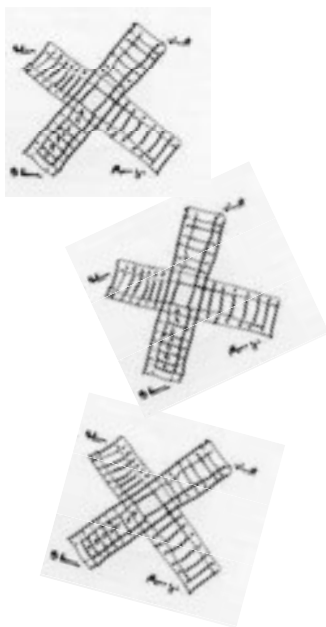


Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania

Education and universities: knowledge and the construction of citizenship

Antônio Joaquim Severino¹



Ciente das limitações da perspectiva filosófica, desenvolvo considerações tentando sistematizar um olhar sobre aquela universidade que todos buscamos, em condições de contribuir para a construção de uma outra sociedade brasileira, marcada pela cidadania e pela democracia. Uma universidade que, funcionária do conhecimento, possa colocá-lo a serviço da sociedade. Comprometida com o conhecimento, ela o será, também, com a extensão e a pesquisa, tanto quanto com o ensino.

A universidade num novo tempo

Nos dias de hoje, o próprio sentido da existência da universidade já não parece tão claro, podendo-se perceber que, além das críticas oriundas de setores especializados, uma espécie de questionamento generalizado, difuso em todo o corpo social, se faz cada vez mais presente e explícito. O sentimento geral de frustração em relação às expectativas não realizadas e às promessas não cumpridas de desenvolvimento e progresso das sociedades, a desvalorização da cultura elaborada e a banalização das referências em todos os setores da vida humana, são causas abrangentes que levam igualmente à desvalorização da universidade. No que concerne à sociedade brasileira, a crise profunda que se abate sobre ela, de modo especial no que se refere à restrição de empregos e à perda de prestígio das carreiras profissionais de nível universitário, é certamente outro fator que pesa na desconsideração da relevância desse tipo de instituição. Por outro lado, a universidade, como instituição da esfera educacional, sofre de processo crônico de corrosão interna, deteriorando-se continuamente e comprometendo sua própria eficácia, tornando-se pouco fecunda no atingimento de seus objetivos, consagrados pela tradição e reiterados pela retórica dominante. As universidades públicas, o mais das vezes vitimadas pelos vícios esclerosantes do regime burocrático, mal domesticado pelos profissionais do setor, acabam se fechando sobre si mesmas, passando a um estado quase que vegetativo, sem força nem vitalidade. As poucas exceções de instituições ou de setores no seu interior, sucumbem sob o peso de pressões espúrias e de muitas opressões, oriundas tanto do aparelho estatal como de grupos internos, que se apropriam de seus instrumentos como se fossem bens particulares e que

¹ Professor da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo/FEUSP. <ajseverino@uol.com.br>

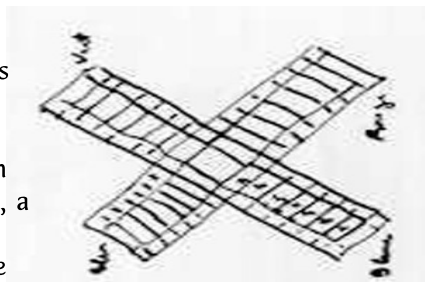
são incapazes de se articularem em torno de projetos de pensamento ou ação alguns passos além de seus interesses imediatos e egocentrados. Já as universidades particulares, salvo raras e precárias exceções, incapazes de pensar algum projeto cultural mais amplo e de entender o alcance dos serviços educacionais que administram, contentam-se em empacotar, com papel brilhoso, produtos mal acabados, vendendo-os, sempre a bom preço, a clientes, carentes, incautos ou mesmo cúmplices na esperteza ou na mediocridade, tudo sob a propaganda marcada pela ideologia da qualidade total e de outros mitos que andam povoando o imaginário nacional em tempos de globalização econômica e cultural.

A realidade do processo de internacionalização da economia, com todos os seus corolários, bons e ruins, é transfigurado numa espécie de fenômeno místico e redentor, passando a constituir-se como contexto e justificativa para tudo o que ocorre ou que deveria ocorrer. A alardeada globalização serve de desculpa para todo tipo de omissão ou de decisão, tornando-se o biombo de tantas políticas excusas atualmente implementadas pelo governo brasileiro, em todos os campos da vida nacional.

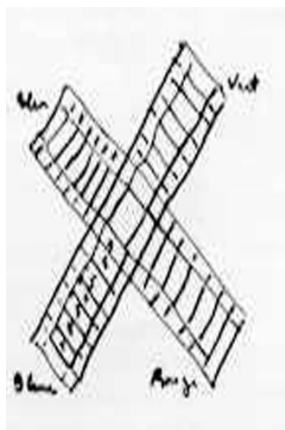
Nesse contexto de ambigüidades e ambivalências, os conceitos perdem sua força e o discurso vira ruído. A fala dos supostos responsáveis pelo bem público indica numa direção, mas a realidade das coisas caminha na direção inversa. Por isso mesmo, os espíritos ficam confusos, perdendo a lucidez na visão das coisas humanas.

A significação da universidade se dilui nesse emaranhado de idéias e proposições que vêm sendo formuladas, no momento atual, como indicação de que a humanidade teria entrado numa nova era, que superaria tudo que havia construído e acumulado. Tornou-se discurso corrente e recorrente a afirmação incisiva de que estaríamos vivendo hoje, no limiar do terceiro milênio, um mundo totalmente diferente daquele projetado pela visão iluminista da modernidade e destinado à realização de uma sociedade utópica. Chega-se a afirmar que a história teria terminado, uma vez que a civilização humana teria alcançado o patamar mais alto do progresso possível para a humanidade. Já se encontrariam realizadas todas as possibilidades de aperfeiçoamento, de aprimoramento de nossas condições de vida individual e social. O modelo de existência humana não é mais um ponto no horizonte futuro, mas já está disponível no presente, faltando apenas que cada pessoa ou cada grupo a ele se ajustasse. Estaríamos vivendo um momento de plena revolução tecnológica, capaz de lidar com a produção e transmissão de informações em extraordinária velocidade, num processo de planetarização não só da cultura mas também da economia e da política. Tratar-se-ia de um momento marcado pelo privilegiamento da iniciativa privada, pela minimalização da ingerência do Estado nos negócios humanos, pela maximalização das leis do mercado, pela ruptura de todas as fronteiras e barreiras entre estados e mercados. No plano mais especificamente filosófico, estaria em pauta uma crítica cerrada às formas de expressão da razão teórica da modernidade, propondo-se a desconstrução de todos os discursos por ela produzidos, todos colocados sob suspeita, inclusive aqueles da própria ciência. Esse mundo novo dispensa a universidade tradicional, forjada à luz das referências da modernidade, uma de suas expressões mais arrematadas.

No entanto, este vagalhão neo-liberal, com suas decorrências e expressões



no plano cultural, com sua exacerbação do individualismo, do produtivismo, do consumismo, da indústria cultural, da mercadorização até mesmo dos bens simbólicos, não instaura nenhuma pós-modernidade. O que está acontecendo é a plena maturação das premissas e promessas da própria modernidade. Nada mais moderno do que esta expansão e consolidação do capitalismo, envolvido numa aura ideológica de liberalismo extremado; nada mais moderno do que esta tecnicização, viabilizada pela revolução informacional. Finalmente, a modernidade está podendo cumprir as promessas embutidas em seu projeto civilizatório. No fundo, é a mesma racionalidade, com suas qualidades e com seus equívocos, que continua dirigindo os rumos da história humana, em que pesem as críticas que são feitas a sua forma de expressão até o século XIX. É a mesma razão instrumental da modernidade, já tão criticada pelos pensadores frankfurtianos, especialmente por Adorno e Horkheimer, que continua dando as cartas. Só que agora ela se camufla, na hora de fazer sua auto-justificativa, sob um discurso cujos argumentos soam anti-iluministas, enquanto a condição da realidade humana, em todos os planos da vida individual ou coletiva, continua sendo feita de acordo com parâmetros racionais eminentemente tecnocráticos. Denuncia-se a racionalidade iluminista, de uma perspectiva crítica aliás muito pertinente, sem que se assuma, de fato, a superação de suas determinações. E mais incapaz ainda de denunciar os comprometimentos dessa instrumentalidade com a irracionalidade da “mão invisível do mercado” e de tantas outras forças que atuam efetivamente no social. Esta “desrazão”, intimamente articulada à barbárie é muito mais instrumentalizadora e manipuladora de nossos destinos do que a razão iluminista. Não é o caso de desconhecer os resultados nefastos do racionalismo iluminista mas também não é o caso de achar que todos os males da humanidade lhe devam ser debitados.



Esse discurso da globalização não passa de uma nova versão ideologizada do capitalismo e sua função continua sendo aquela de justificar o atual estado de coisas. A globalização econômico-cultural não é um processo de universalização mediante o encontro e a fusão das diferentes regiões, países e modelos culturais. Ao contrário, a planetarização ocorre como homogeneização forçada e induzida das condições capitalistas de produção, de feito fundamentalmente norte-americano, não levando em conta as possíveis contribuições dos outros. É a *pax romana*, imposta *urbi et orbi*.

Esta planetarização do capitalismo continua dentro das previsões de Marx. De autenticamente liberal ou neo-liberal, tem muito pouco, é de perfil francamente tecnocrático no que concerne ao usufruto dos bens e direitos por parte dos segmentos fragilizados e excluídos, em termos de pessoas e sociedades.

O que não dizer da transformação da economia em mero mercado financeiro, como o vêm demonstrando sobejamente as constantes crises impostas, sobretudo aos países emergentes do terceiro mundo, pelo capitalismo especulativo? Afinal, o que de racional e de equitativo existe numa economia onde o capital disponível para a humanidade se distribui em 88% de capital financeiro especulativo contra apenas 12% de capital produtivo?

Que tal situação configure um contexto novo, não há como negar nem recusar. E que obviamente exige reequacionamentos por parte de todos nós,

quaisquer que sejam os lugares que ocupemos na dinâmica socio-cultural. Isso não está em questão. Mas o que cabe aqui é uma rigorosa atenção a essa especificidade do momento histórico, não se deixando levar nem por uma atitude de mera anatematização moralizante ou saudosista, nem por um deslumbramento alienante. Análise detida e vigilância crítica, é o que nos cabe neste quadrante histórico...

Igualmente é preciso não perder de vista a historicidade da existência humana, não se deixando iludir pela idéia de que o fim das utopias do progresso humano possa significar igualmente o fim da história. Portanto, ter bem presente que a atual situação tem também uma configuração histórica que, como tal, terá seus desdobramentos, cuja orientação dependerá em muito da própria ação e decisão dos homens. Do mesmo modo, é bom ter presente que crise da razão não é crise do processo de conhecimento. A alegada crise dos paradigmas da razão moderna não atinge o conhecimento em si, o poder do homem em produzir e dispor do conhecimento, mas suas formas históricas (a ciência positiva, a filosofia idealista, as metanarrativas); a própria crítica que a elas são feitas, o são pelo exercício e aplicação do próprio conhecimento.

Mas, antes de tudo, não se pode perder de vista a dura realidade do contexto histórico latino-americano, onde as marcas da exclusão humana continuam com presença muito forte. O processo de modernização pelo qual passou e continua passando o continente está acontecendo a um preço muito alto. A organização econômica, de lastro capitalista, sob um clima político de mandonismo interno das elites nacionais e da dominação externa dos grupos internacionais, impõe uma configuração socio-econômica na qual as condições de vida da imensa maioria da população continuam extremamente precárias. Na verdade, o aclamado processo de globalização da economia parece universalizar as vantagens do capital produtivo e as desvantagens do trabalho assalariado.

Dada essa situação, o lugar e o papel da educação precisam ser contínua e expressamente retomados e redimensionados. O compromisso ético e político da educação se acirra nas coordenadas histórico-sociais em que nos encontramos. Isto porque as forças de dominação, de degradação, de opressão e de alienação, se consolidaram nas estruturas sociais, econômicas e culturais. As condições de trabalho são ainda muito degradantes, as relações de poder muito opressivas e a vivência cultural precária e alienante. A distribuição dos bens naturais, dos bens políticos e dos bens simbólicos, muito desigual. As condições atuais de existência da humanidade, traduzidas pela efetivação de suas mediações objetivas, são extremamente injustas e desumanizadoras. Tais condições mostram-se muito agravadas no contexto histórico-social do terceiro mundo, assumindo características particularmente críticas na América Latina.

É também por exigência ética que a educação deve se conceber e se realizar como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivas das mediações existenciais dos homens. É isto que lhe dá, aliás, a sua qualificação ética. É por isso também que o investimento na formação e na atuação profissional do educador não pode reduzir-se a uma suposta qualificação puramente técnica. Precisa ser também política, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. E é sendo política que a educação e a

cultura se tornarão intrinsecamente éticas.

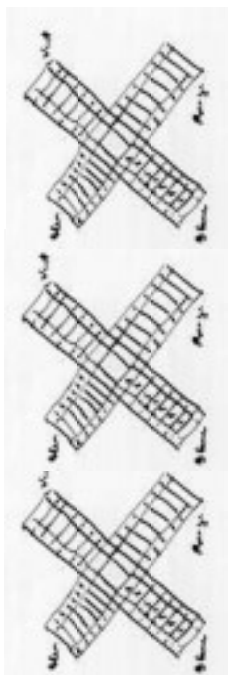
O futuro da sociedade brasileira está na dependência da sua transformação em uma sociedade menos excludente. E nesse processo, a educação, diretamente vinculada à produção econômica e à dinâmica política, terá papel relevante no compromisso de responder aos desafios da alta modernidade.

Construir o futuro implica investir na educação, na perspectiva de uma política educacional intrinsecamente voltada para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de suas forças de exclusão social. Mas, o desenvolvimento da educação numa sociedade historicamente determinada como a nossa, não é questão apenas do domínio e da aplicação de novos saberes e de tecnologias sofisticadas. É verdade que não se pode ignorar toda a potencialidade das novas tecnologias para o desenvolvimento da educação, de outro, é também necessário que essa tecnologia seja vista como ferramenta, como o foram historicamente todos os demais instrumentos técnicos. Meios potencializadores são necessários, mas continuam sendo meios, sempre à espera da adequada exploração pelos homens. Assim, toda educação e toda política cultural têm compromisso especial com a preparação de cidadãos para a vida, função esta que decorre de sua natureza intrínseca como processo construtor do conhecimento, única ferramenta de que o homem dispõe para a realização de sua existência histórica.

Do compromisso da universidade com a produção do conhecimento

As mudanças no plano cultural são significativas exatamente na medida em que decorrem e se articulam em torno de intencionalidades, de sentidos que os próprios agentes lhes dão, procedendo a uma escolha entre múltiplas possibilidades, com todos os riscos que tal opção pode ensejar, como nos mostra a nossa própria experiência acumulada.

O conhecimento é o diferenciador do agir humano em relação ao agir de outras espécies, é a grande estratégia da espécie. Mesmo as suas formas enviesadas, como ocorre nos casos do senso comum, da ideologia, o conhecimento já se revela como o instrumento estratégico dos homens, testemunhando sua imprescindibilidade e sua irreversibilidade em nossa história. Por isso, quando falamos das transformações na esfera da humanidade, estamos necessariamente falando de história e não mais de evolução. História porque as mudanças vão se suceder, não mais por consequência de determinismos transitivos, mecânicos, que supostamente governam os fenômenos do mundo, mas em decorrência de significações intencionalizadoras postas pelos próprios sujeitos humanos na implementação de suas ações. Desse modo, a temporalidade da vida humana é profundamente diferente da temporalidade presente no mundo físico ou no mundo biológico. Aqui o tempo não é mais apenas uma sucessão acumulativa de novas etapas, mas uma sucessão criativa de novos estágios não necessariamente contidos nos anteriores. Daí a idéia de construção mediante a qual vem se designando a especificidade das atividades humanas em sua historicidade. E quando se fala de construção, fala-se igualmente de projeto, de planejamento, da capacidade de se prever o que se pretende realizar.



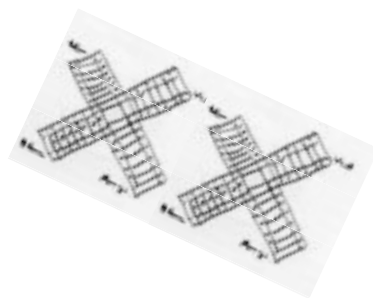
O conhecimento é elemento específico fundamental na construção do destino da humanidade. Daí sua relevância e a importância da educação, processo mediante o qual o conhecimento se produz, se reproduz, se conserva, se sistematiza, se organiza, se transmite e se universaliza. E esse tipo de situação se caracteriza de modo radicalizado na educação universitária. No entanto, a tradição cultural brasileira privilegia a condição da universidade como lugar de ensino, entendido e, sobretudo, praticado como transmissão de conhecimentos. Apesar da importância dessa função, em nenhuma circunstância pode-se deixar de entender a universidade igualmente como lugar priorizado da produção do conhecimento. A distinção entre as funções de ensino, de pesquisa e de extensão, no trabalho universitário, é apenas uma estratégia operacional, não sendo aceitável conceber os processos de transmissão da ciência e da socialização de seus produtos, desvinculados de seu processo de geração.

Na universidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão tem como referência a pesquisa; aprende-se e ensina-se pesquisando; presta-se serviços à comunidade, quando tais serviços nascem e se nutrem da pesquisa.

Cabe ressaltar que a produção do conhecimento precisa ser crítica, criativa e competente; e será consistente se fundada num processo de competência simultaneamente técnica, criativa e crítica. A *competência técnica* impõe algumas condições lógicas, epistemológicas e metodológicas para a ciência: a exigência de aplicação do método científico, da precisão técnica e do rigor filosófico. A exigência da autonomia e liberdade de criação tem a ver com a atitude, as condições de pesquisador; referindo-se à criatividade e ao impulso criador. A *críticidade* é qualidade da postura cognoscitiva que permite entender o conhecimento como situado num contexto mais amplo e envolvente, que vai além da simples relação sujeito/objeto. É a capacidade de entender que, para além de sua transparência epistemológica, o conhecimento é sempre uma resultante da trama das relações sócio-culturais. Capacidade de descontar as interferências ideológicas, as impregnações do senso comum. É a criticidade que nos livra tanto do absolutismo dogmático como do ceticismo vulgar.

Desse modo, a pesquisa acaba assumindo uma tríplice dimensão. De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Conhece-se construindo o saber, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão. O conhecimento se legitima pela mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens. É a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência.

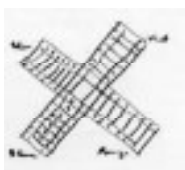
...e como é que a extensão se torna uma atividade, uma função equiparada às duas outras? Na medida em que ela se articula com as demais e na medida em que o próprio ensino seja visto, também, como prestação de serviços à sociedade em seu conjunto, na medida em que a própria pesquisa seja vista como uma prestação de serviços à própria sociedade. Então, que pesquisas a universidade vai desenvolver? Ela vai desenvolver exatamente aquelas pesquisas que a sociedade está requerendo,



vai se preocupar em explorar aqueles problemas que são candentes à sociedade em que ela está inserida. (Saviani, 1984, p.64-5)

Para finalizar...

A pesquisa é fundamental, uma vez que é por meio dela que podemos gerar o conhecimento, a ser necessariamente entendido como construção dos objetos de que se precisa apropriar humanamente. Construir o objeto que se necessita conhecer é processo condicionante para que se possa exercer a função do ensino, eis que os processos de ensino/aprendizagem pressupõem que tanto o ensinante como o aprendiz compartilhem do processo de produção do objeto. Do mesmo modo, a pesquisa é fundamental no processo de extensão dos produtos do conhecimento à sociedade, pois a prestação de qualquer tipo de serviços à comunidade social, que não decorre do conhecimento da objetividade dessa comunidade, é mero assistencialismo saindo da esfera da competência da universidade.



Por outro lado, o conhecimento produzido, para se tornar ferramenta apropriada de intencionalização das práticas mediadoras da existência humana, precisa ser disseminado e repassado, colocado em condições de universalização. Ele não pode ficar arquivado. Precisa então transformar-se em conteúdo de ensino, de modo a assegurar a universalização de seus produtos e a reposição de seus produtores.

Mas os produtos do conhecimento, instrumentos mediadores do existir humano, são bens simbólicos que precisam ser usufruídos por todos os integrantes da comunidade, à qual se vinculam as instituições produtoras e disseminadoras do conhecimento. É a dimensão da extensão, devolução direta à mesma dos bens que se tornaram possíveis pela pesquisa. Devolvendo à comunidade esses bens, a universidade o faz inserindo o processo extensionista num processo pedagógico, mediante o qual está investindo, simultaneamente, na formação do aprendiz e do pesquisador.

A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário. Não se trata de uma concessão, de um diletantismo, mas de uma exigência do processo formativo. Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade. Pensar um novo modelo de sociedade, nos três eixos das práticas humanas: do fazer, do poder e do saber, ou seja, levando a participação formativa dos universitários no mundo da produção, no mundo da política e no mundo da cultura.

Dado o caráter contraditório da universidade, como toda entidade sócio-cultural criada por homens, não há mesmo como desconhecer as limitações da extensão a ser por ela praticada.

a extensão universitária em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da universidade com seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma

reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes. (Gurgel, 1986, p.170)

Referências

- GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados/EUFC, 1986.
- SAVIANI, D. Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista. In: **Ensino público e algumas falas sobre Universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984. (Col. Polêmicas de Nosso Tempo, v.10).

This article discusses, from a philosophical and educational point of view, reflections on the commitments of education within the scope of a higher education project focused on building a new society, marked by the universalization of citizenship, to be constructed through the use of knowledge. It is an effort to present, by means of a theoretical argument, a philosophical justification of the necessary articulation between teaching, research and coverage, in this desired university, designed to face the historical challenges of a new century.

KEY WORDS: University; Education; knowledge; citizenship; higher education.

Desenvolve-se, sob uma perspectiva filosófico-educacional, algumas reflexões sobre os compromissos da educação no âmbito de um projeto de universidade empenhada na construção de uma nova sociedade, que seja marcada pela universalização da cidadania, a ser construída pela utilização do conhecimento. Trata-se de um esforço no sentido de apresentar, mediante argumentação teórica, uma justificativa filosófica da necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão, nessa desejada universidade, destinada a enfrentar os desafios históricos do novo século. PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Educação; conhecimento; cidadania; ensino superior.

Se desarrollan, bajo una perspectiva filosófico-educacional, algunas reflexiones sobre los compromisos de la educación en el ámbito de un proyecto de universidad empeñada en la construcción de una nueva sociedad, que se caracterice por la universalización de la ciudadanía, a ser construida con la utilización del conocimiento. Se trata de un esfuerzo en el sentido de presentar, mediante argumentación teórica, una justificativa filosófica de la articulación necesaria entre enseñanza, pesquisa y extensión, en esa deseada universidad, destinada a enfrentar los desafíos históricos del nuevo siglo.

PALABRAS CLAVE: Universidad; Educación; conocimiento; ciudadanía; enseñanza superior.

Recebido para publicação em: 30/05/01. Aprovado para publicação em: 20/01/02.